



① Antônio Louigi Negro, em "Brasil Republicano (1945-1964)", realiza uma interessante abordagem acerca das lutas dos trabalhadores brasileiros, após o fim do Estado Novo. O trabalhador brasileiro durante algum tempo, segundo o autor, foi visto como carente de tradições, imaturo e incapaz. Neste modo, dependia-se o tutelamento do trabalhador brasileiro via Ministério do Trabalho. Assim, ele seria acompanhado de perto pela vigilante assistência pública. Getúlio Vargas, por sua vez, conseguiu montar um avançado sistema de proteção social, do qual se orgulhava. Em 1943, o então presidente da República, promulgou a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), a qual regulava as relações trabalhistas, prometendo uma justiça social. No seu primeiro governo, Vargas já havia criado o Ministério do Trabalho e leis que iam ao encontro dos interesses dos trabalhadores. Antônio Louigi, assim como Thomas Skidmore, destacam que a proteção social garantiu a Vargas o apoio político ao seu governo. Fato é que o então presidente encontrou seu núcleo de apoio no trabalhador. Sob a égide do Estado Novo, período em que Getúlio Vargas governou de forma ditatorial, o desenvolvimento da indústria de base foi tido como prioridade. Nesse mesmo contexto, o então presidente incentivou a participação dos trabalhadores nos sindicatos corporativistas, para que eles lutassem pelos seus direitos ~~de~~ de cidadania. Como demonstra Ângela de Castro Gomes, Vargas procurou tornar o trabalhismo e o getulismo, duas faces da mesma moeda. Fica patente, portanto, o fato de o Estado ter concedido amplas garantias aos trabalhadores, ao mesmo tempo em que impedia uma organização autônoma do movimento dos trabalhadores, já que os sindicatos eram fortemente controlados pelo Estado durante o governo varguista. Tal concepção pautou-se no princípio de que o trabalhador brasileiro não tinha tradição trabalhista, visto como inepto e incapaz de criar suas próprias tradições. O trabalhador rural, ainda mais à margem do processo ~~de~~ de distribuição de riquezas do Brasil, para a qual ajudava a construir, encontrava-se ainda mais excluído das leis de proteção social, promulgadas durante o gover-



no Vargas. A respeito disso, Antônio Louzi Negro destaca que o governo Dutra, que sucedeu Getúlio Vargas, por meio de golpe militar, foi importante, porque foi nesse período em que aconteceu uma greve de grandes proporções organizada pelos bancários. Muito embora suas reivindicações não tenham sido atendidas, foi a primeira vez em que o sindicato dos trabalhadores exerceu papel de liderança, demonstrando, assim, a capacidade de organização da classe. Vale destacar que, durante a Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil lutou ao lado dos aliados na Itália, Getúlio Vargas proibiu a organização de greves, ^{a qual tornou-se} equivalente à deserção, sujeitas à detenção dos grevistas. Por esse motivo, em 1946, os trabalhadores reuniram-se em um Congresso Operário, no qual definiram uma luta pela conquista da autonomia e liberdade sindical e pelo direito de greve. ~~Porém~~ Fica evidente, portanto, que os direitos sociais e civis dos brasileiros são conquistas muito recentes. Nos anos 1950, os trabalhadores sofreram com o aumento do custo de vida e organizaram amplas greves, que congregaram inúmeras categorias em 1953. O então ministro do Trabalho, João Goulart, saiu em defesa das reivindicações dos trabalhadores, os quais exigiam a duplicação salarial. O ministro, acusado pelas elites de querer implantar o Comunismo no Brasil, acabou deixando o cargo. No final da década de 1950, as greves se intensificaram e exigiam aumento salarial e melhores condições de trabalho. Deriva desse contexto, a organização das ligas camponesas, congregando trabalhadores rurais, insatisfeitos com a sua posição marginal no processo de distribuição das riquezas ^{do país}. Suas reivindicações giravam em torno de leis que garantissem a proteção social do trabalhador rural e facilitassem a posse da terra. Como observa Antônio Louzi Negro, os trabalhadores rurais expressavam o atraso do Brasil em relação às países ~~desenvolvidos~~ ^{pieneiros} na industrialização. Entre os anos de 1943 e 1960, o Brasil passou por um rápido crescimento industrial, baseado no investimento ~~em~~ nas indústrias de base e nos bens de consumo. Assim, o cenário urbano suplantou o rural, assim como o trabalhador urbano foi contemplado mais facilmente por leis de proteção social, e, o trabalhador rural, em

contrapartida, ficou aliado desse processo. Em 1963 durante o governo de João Goulart, comprometido com a promoção e execução das suas reformas de base, que prometiam realizar profundas mudanças sociais, inclusive no campo, através da redistribuição das terras devolutas e improdutivas (Reforma Agrária), os camponeses pareciam encontrar resoluções ou novos horizontes resolutivos para os problemas encontrados no campo. Todavia, o golpe militar de 1964, mais uma vez, interrompeu os projetos relacionados à reforma agrária. Amplos setores apoiaram ~~o~~ golpe militar de 1964, pois estavam atemorizados pela ameaça oferecida pelos Comunistas. Em face de um regime autoritário que existiu durante vinte e um anos, as greves e mobilizações dos trabalhadores rurais e urbanos reduziram-se drasticamente, muito embora não faltassem reivindicações pelas quais deveriam ou poderiam lutar. O chamado "Milagre ~~econômico~~ econômico" só contemplou as elites e as classes médias, que passaram a adquirir com mais facilidade eletrodomésticos, carros e imóveis. Carlos Fico, por sua vez, observa que os salários dos trabalhadores permaneceram estagnados. Somente durante o governo Geisel, fase da distensão política, os movimentos sociais de contestação ganharam um novo ímpeto, inclusive o movimento dos trabalhadores do ABC paulista, liderados por Luiz Inácio Lula da Silva. As questões sociais caras ao campo, todavia, permaneceram inalteradas, já que o latifúndio e a exploração do trabalhador rural ~~a~~ ainda integram a paisagem de nosso país. A ditadura militar foi um duro golpe na cidadania brasileira.

2) Luiz Felipe de Alencastro constitui uma importante referência para a compreensão acerca das relações travadas entre o Brasil, o Império português e a África - o eixo Atlântico Sul. Segundo o autor, a gênese do Império Brasileiro e da história da América Portuguesa repousa no Atlântico Sul. Assim, os condicionantes atlânticos, ou melhor, africanos só desapareceram do Brasil na segunda metade do século XIX, quando o tráfico negreiro foi extinto, sob forte ameaça da intervenção da marinha britânica. A originalidade da formação histórica brasileira deriva do tráfico de escravos, o qual transendeu a lógica de compra, venda e transporte de africanos para o Brasil, na medida em que moldou os aspectos sociais, políticos, econômicos e demográficos da América Portuguesa. Em 1580, a Coroa portuguesa impõe o Exclusivo Colonial aos seus territórios ultramarinos, prejudicando os interesses dos estrangeiros. Os colonos, seguindo a lógica do Exclusivo, dependeriam da metrópole para exportar seus produtos, bem como para adquirir os fatores de produção - os escravos. Em 1594, Madrid concede o monopólio do fornecimento de escravos para a América Espanhola aos portugueses, medida que permitiu aumentar os lucros com a atividade. Todavia, vale ressaltar que, nesse período, o trono português manteve-se unido e subordinado à Espanha - período conhecido como União Ibérica. Por outro lado, no século XIV, nada parecia indicar que o tráfico negreiro geraria somas vultosas para o tesouro lusitano, na medida em que essa atividade ocupava uma posição marginal na economia do país. No entanto, a dinamização da agricultura das ilhas do Atlântico, ~~como~~ aliada à expansão da economia açucareira, permitiram maiores investimentos dos lusitanos no trato negreiro. Ou seja, ~~a expansão~~ a recuperação colonial e a produção mercantil na América espanhola foram exitosas, graças ao implante dos africanos e colonos europeus. Isso porque a conquista espanhola da América promoveu o massacre das populações nativas, sobretudo em Hispaniola (Haiti). Neste sentido, o trabalho escravo garantiu a reprodução da produção colonial nas Américas portuguesa e espanhola, como avalia Alencastro. No tocante à produção açucareira

no Brasil, pode-se afirmar que dependeu do tráfico negro e do trabalho escravo. O Império português procurou evitar um crescimento divergente entre as suas colônias no Atlântico Sul. Desta forma, com base nesta perspectiva, compete ao Brasil fornecer açúcar, ^{cacau} algodão e tabaco, ao passo que a Angola, cabia o papel de fornecer escravos. Alencastro, ao comparar o trabalho livre com o escravo, afirma que a opção pelo segundo deveu-se ao fato de constituir-se em uma política econômica, além de ser o item mais tributado do comércio. Em outras palavras, o tráfico negro, ao abastecer a América portuguesa, Espanha e outras possessões ultramarinas europeias garantiu receitas extraordinárias para o tesouro lusitano, sendo usado pela Coroa como um poderoso instrumento político. Contrariando a lógica que dominava as relações entre colônias e metrópoles no Atlântico Norte, pautadas na lógica do comércio triangular (África, Europa e América, por último), os navios que zarpavam do Rio de Janeiro, Recife e Bahia seguiam direto para o Congo e Angola, região que mais abastecia a América portuguesa de escravos. Eram os cativos ~~do~~ oriundos da África Ocidental, que garantiam a produção ultramarina e, ao mesmo tempo, apaziguavam as ~~relações~~ relações entre jesuítas e colonos, liberando os índios do trabalho compulsório. Segundo Alencastro, esse fator contribuiu ainda mais para aumentar a exploração dos escravos africanos. Um fator interessante e destacado na análise realizada por Alencastro, segundo o qual, o status no Brasil colonial estava atrelado ao número de escravos que o senhor possuísse. Nesta perspectiva, quanto maior número de escravos, mais prestígio o senhor detinha na sociedade. Assim, até mesmo a questão do status estimulava a importação de trabalhadores africanos. Seguindo uma linha bastante próxima ~~a~~ da abordagem de Alencastro, Manoel Florentino observa que o comércio negro no Brasil era um importante meio interno de acumulação de riqueza, detentor de autonomia em face do capital mercantil internacional. Os lucros gerados pelo tráfico transformaram mercadores de escravos na mais importante fração da elite brasileira, permitindo a eles influenciarem os destinos dos Estados. No século

XVIII ~~o século~~ - se um reiterado domínio da região Congo - Angola, a qual constituía-se ainda na principal fonte de escravos africanos para o Rio de Janeiro, exportados por Luanda e Benguela. Após a abertura dos portos brasileiros para o mercado internacional, em 1808, observa-se, segundo Manoel Florentino, a expansão da economia escravista brasileira, bem como uma diversificação da área de abastecimento. Com isso, a África Oriental ingressa no circuito de fornecimento de escravos para o Brasil. Fato é que durante mais de três séculos, observou-se uma relação de complementaridade entre a África e o Brasil, via Atlântico Sul. A escravidão viabilizou as trocas entre colônia e metrópole, garantindo a produção ultramarina e ao mesmo tempo em que alavancou o Império do Ocidente. Neste sentido, foram mais de trezentos anos em que esse sistema de trabalho vigorou na América Portuguesa, tendo a sua legitimidade assegurada pela Igreja e sancionada pelo Estado, como demonstra Emília Viotti da Costa. Segundo o catolicismo, a conversão ou o contato do negro com a ortodoxia cristã trazia inúmeras vantagens para ele. Somente ao longo do século XIX, a instituição escravista passou a ser largamente questionada e condenada, principalmente pela Inglaterra, que havia abolido a escravidão em suas colônias, em 1807. Na década de 1820, as pressões britânicas para abolir o tráfico negreiro no Brasil recaíram, levando o ~~Estado~~ ^{Estado} a decretar uma lei em 1831, segundo a qual ficava proibido o tráfico negreiro no Brasil. O decreto foi amplamente ignorado, uma vez que, entre 1831 e 1850, ingressaram quinhentos mil africanos no Brasil, segundo Viotti. Por outro lado, à medida que as pressões internacionais aumentavam no sentido de extinguir o tráfico ^{negreiro} ~~o tráfico~~, mais os fazendeiros solicitavam braços, sobretudo para o café. Os cafeicultores precisavam de garantir a mão de obra nas fazendas e o trabalho escravo ainda era visto como a única alternativa. A Lei Eusébio de Queiroz extinguiu a escravidão, em 1850, em função da ameaça de invasão da Marinha britânica, que já vinha aprisionando navios negreiros destinados ao Brasil. A lei de 1850 foi, em geral, respeitada, cessando assim as relações transatlânticas. Todavia, a história já não podia ser mais alterada, ~~as~~ as relações entre

os dois continentes (África e América) foram decisivos e moldaram os traços sociais, culturais e demográficos da América Portuguesa.

3ª Questão

3) - O uso de fontes históricas produzidas entre os anos de 1945 e 1964 podem ajudar o aluno a construir um saber sólido sobre os aspectos sociais e culturais do nosso país e de nossa história, dentre as quais situam-se jornais ~~de~~ difundidos nesse contexto. O aluno, ao se deparar com as imagens das greves que ocorreram nos governos de Dutra, Getúlio Vargas (1953), Juscelino Kubitschik (1954) e, em 1963, quando João Goulart ocupou a Presidência, poderá constatar que a cidadania, a qual engloba direitos sociais, civis e políticos, como também deveres, foi fruto de muitas lutas sociais, e ainda está em construção. O "Correio da Manhã", segundo Antônio Luigi Negro, repercutiu amplamente as greves que ocorreram nos anos 1950, as quais mobilizaram amplas categorias de ~~de~~ profissionais. Os últimos anos ~~de~~ da década de 1950, observaram-se lutas pela conquista do abono salarial, outra prerrogativa derivada da mobilização popular. A cobertura da imprensa também pode ajudar o aluno a comparar elementos típicos de uma sociedade democrática e autoritária. O movimento geralista, que ocorreu em 1945, também foi alvo da cobertura midiática. Esse movimento liderado pelo PTB e pelos trabalhadores urbanos, saiu em defesa da convocação de uma Assembleia Constituinte com Getúlio no poder. Porém, em 1945, Vargas foi derubado por meio de um golpe militar. Outro aspecto que deve fazer parte da compreensão do aluno acerca da história do Brasil reside no fato de a "democracia nos países do Terceiro Mundo, inclusive no Brasil, ser uma planta frágil que cresceu em um terreno pedregoso", como bem observou Eric Hobsbawm. Nossa história foi resultante de uma sucessão de golpes militares e no período de 1945 a 1964, ocorreram três, sendo o ~~o~~ último (1964) um verdadeiro ataque aos nossos direitos de cidadania e a democracia. As greves entre os anos de 1947 e 1953, ocorreram simplesmente pelo fato de terem sido uma conquista. Ou seja, nossos direitos civis, políticos e sociais vieram tardiamente e foram decorrentes ~~de~~ de mobilizações sociais, como a Passeata dos ~~o~~ Cem mil (1954) e
